



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELANDO EM HUMANIDADES

DANIELE DOS SANTOS SILVA

PROJETO DE PESQUISA
**ROMPENDO SILÊNCIOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

ACARAPE
2019

DANIELE DOS SANTOS SILVA

PROJETO DE PESQUISA

**ROMPENDO SILÊNCIOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

Anteprojeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação no curso Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Professora Dra. Ana Paula Rabelo

ACARAPE
2019

DANIELE DOS SANTOS SILVA

**ROMPENDO SILÊNCIOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Bacharelado em Humanidade, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Aprovada em: 28 / 03 / 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Rabelo e Silva (Orientadora)

Profa. Dra. Joalice Santos Conceição

Prof. Dr. Ivan Costa Lima

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me proporcionado energia, saúde e sabedoria para trilhar o caminho até aqui percorrido, encerrando mais um ciclo.

Aos meus pais e irmão que sempre me apoiaram e estiveram presentes em todos os momentos da minha vida.

À minha orientadora, prof. Dr. Ana Paula Rabelo, pelo seu empenho e dedicação durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao programa PIBIC/CNPq, que, em decorrência da pesquisa realizada “*Letramentos na academia e as transformações indenitárias de três gerações de mulheres do Maciço de Baturité- CE*”, coordenada pela professora Ana Paula Rabelo, auxiliou de forma indireta no desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo principal comparar – tendo a ADC (CHOULIARACKI; FAIRCLOUGH, 2005) como teoria e método - as narrativas históricas de artigos que tratam sobre a educação de mulheres em dois livros - *História das Mulheres no Brasil* (DEL PRIORE, 2009) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (PINSKY; PEDRO, 2013) - sobre a história das mulheres do Brasil, identificando a presença (ou apagamento) da história das mulheres negras. Para tanto, serão resgatados – em diferentes artigos e livros - dados históricos, que ocorreram no mesmo período dos artigos analisados, sobre a educação das mulheres negras; bem como, serão relacionados os dados coletados com as temáticas pautadas nos artigos dos livros escolhidos como fonte para a pesquisa. Para tanto, propomo-nos a realizar, da análise de discurso crítica (FAIRCLOUGH, 1999; 2005), doravante ADC, a análise da ideologia e da hegemonia, nas práticas sociais; a análise da produção e distribuição, nas práticas discursivas; e no texto, o conteúdo temático.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Educação. Análise de Discurso Crítica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	OBJETIVOS.....	07
2.1	OBJETIVO GERAL	07
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	07
3	JUSTIFICATIVA	07
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
4.1	MULHER NEGRA E EDUCAÇÃO.....	12
4.2	MULHER NEGRA E HISTÓRIA	15
5	METODOLOGIA	20
5.1	DESCRIÇÃO DA PESQUISA	20
5.2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	21
6	CRONOGRAMA.....	22
	REFERENCIAL TEÓRICO.....	22

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como objetivo fazer um estudo comparativo de duas narrativas históricas: “História das Mulheres no Brasil” (DEL PRIORE, Mary. 2009) e “Nova História das Mulheres no Brasil” (PINSKY; PEDRO, 2013) abordando apenas o tema “educação” nos artigos escolhidos. Para tanto, teremos como base metodológica a Análise de Discurso Crítica (ADC) de Chouliaracki e Fairclough (2005), considerando: Práticas sociais (ideologia e hegemonia), práticas discursivas e texto (léxico). Em outras palavras, o intuito da pesquisa é perceber os processos de invisibilização sofrido pelas mulheres negras nas narrativas históricas sobre sua educação, compreendo que as mesmas têm suas identidades e lutas apagadas nos livros.

Buscamos analisar as referidas obras, identificando os problemas apresentados nas mesmas, dando ênfase à invisibilidade da história da mulher negra nessas narrativas. Para tanto, no primeiro momento, serão realizadas as descrições das obras. Num segundo momento, serão topicalizados os temas pautados em ambos os artigos para que possamos selecionar os textos que tratam sobre história da educação de mulheres negras, para iniciar a comparação entre os dados apresentados.

Nas leituras preliminares, o problema encontrado aponta para o apagamento das mulheres negras nas narrativas da história das mulheres brasileiras, em diferentes temas, a partir da perspectiva das autoras dos artigos selecionados. A identidade racial do povo negro ganha poder quando a inclusão ocorre nos diferentes espaços sociais e culturais. Nossa pesquisa lança o olhar para um pequeno recorte, que é o ambiente escolar, mas sabemos que a população negra no Brasil vem passando por diferentes formas de exclusão social.

Essa pesquisa se apresentará à academia como uma pequena contribuição sobre o não dito da história do povo negro no Brasil, reconhecendo que outras pesquisas também precisam ser realizadas para que mais narrativas possam colorir a história da cultura brasileira com a riqueza e a diversidade que lhe é peculiar.

O texto do projeto apresenta uma fundamentação teórica organizada em duas partes: numa, tratamos da relação entre mulher negra e história e na segunda entre mulher negra e educação. Optamos por apresentar os aspectos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1999; 2005) não apenas na metodologia como uma seção, mas na forma como construímos a fundamentação teórica e na forma que descrevemos como método.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Comparar – tendo a ADC (CHOULIARACKI; FAIRCLOUGH, 2005) como teoria e método - as narrativas históricas de artigos que tratam sobre a educação de mulheres em dois livros - *História das Mulheres no Brasil* (DEL PRIORE, 2009) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (Carla B. Pinsky; Joana M. Pedro, 2013) - sobre a história das mulheres do Brasil, identificando a presença (ou apagamento) da história das mulheres negras.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar dados históricos, que ocorreram no mesmo período dos artigos analisados, sobre a educação das mulheres negras, relatada em diferentes artigos.
- Relacionar, a partir da temática dos artigos analisados, dados coletados em diferentes artigos sobre história das mulheres negras no Brasil.
- Descrever as obras - *História das Mulheres no Brasil* (DEL PRIORE, 2009) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (PINSKY; PEDRO, 2013) - em que os artigos estão inseridos.

3 JUSTIFICATIVA

Pensar na história da mulher negra é pensar em uma história de resistências. A negra sofreu com os marcadores sociais de raça, gênero e classe, fatores que lhe condicionou, durante décadas, ao silêncio e – mesmo – a uma condição de subalternidade enquanto ser humano em espaços sociais.

A imagem da mulher negra, segundo Monteiro (1989), foi criada a partir do período escravocrata séc.XVI-XIX diante de um olhar racista, machista e patriarcal, sendo construídos estereótipos que fundamentaram o silenciamento desses corpos. Diante de tal colocação, podemos observar que a identidade racial da mulher negra escravizada ainda sobrevive no imaginário social. Um corpo domesticado para o trabalho e para o sexo, à serviço de seus senhores. Um corpo que pertencia a outrem.

Mesmo após a abolição (1888), a negra foi destinada a espaços subalternos. Continuava sendo tratada como um ser inferior. O que antes fazia por causa do regime escravo-colonial, passou a fazer por necessidade de sobrevivência. As violências sociais não abandonaram a sua trajetória de vida. Nessa sociedade racista, a mulher negra não tinha

muitas alternativas para lutar pela própria sobrevivência. Ela estava presa a uma pirâmide social, em que o fator raça determinava seu prestígio, ou melhor, em que a hierarquia entre os seres humanos era estabelecida a partir da relação entre classe, gênero e raça: homens e mulheres brancas ocupam os espaços de maior valor social enquanto a mulher negra ainda se encontra abaixo do homem negro, ocupando assim o último espaço da pirâmide. Essa estrutura de poder ainda é válida nos anos de 2010. Ressaltando que, a questão de gênero contabiliza uma dupla opressão sofrida pela mulher negra.

Muitos são os desafios vivenciados pelo povo negro para ter acesso aos mesmos direitos: saúde, educação, cultura, moradia. A mulher negra, pela dupla opressão, já passou por diversos processos sociais e históricos de resistência, mas também de resignação. Ainda no início do século XX, por exemplo, ao tentar se incluir socialmente, a mulher negra se submeteu ao processo de embranquecimento, maneira por meio da qual ela se percebia “incluída”, sentia que poderia se igualar à mulher branca. Ela aceitava o pagamento de sua identidade racial, como se já não bastasse o apagamento histórico sofrido pelo seu povo. A identidade negra passa a ser qual identidade? Se o seu povo não fala sobre se e não se reconhece, quem falará? Segundo Fanon (2008, p.179), a identidade entra “no paroxismo da dor, só há uma solução para o infeliz preto: provar sua brancura aos outros e, sobretudo a si mesmo”. Essa tentativa perpassou por gerações de mulheres negras, que se viram motivadas conscientes ou inconscientemente a espelhar o ideal branco pregado socialmente, já que a imagem negra foi destinada um complexo de inferioridade, fazendo até mesmo que o negro acredite nessa condição de ser inferior.

O silêncio as aprisionou, foram reféns de uma sociedade machistas e racista, pensadas a partir do homem branco, as violências sociais a elas submetidas também pesam quando nos questionamos sobre representatividade, a impossibilidade de pensar e escrever sobre si mesma foi extremamente determinante para o esquecimento. O direito à educação lhe foi negado seja pelo fator gênero ou raça, e quando lhe possibilitado não tinha perspectiva de permanência dificuldade causada pelo marcador classe, essas dificuldades fizeram com que mulheres negras fossem pensadas a partir de mulheres brancas, mulheres essas que muitas das vezes não contemplam com precisão as especificidades de ser mulher negra, que trazem essas vivências a partir de um lugar que não as pertence fazendo referência ao que Djamilia Ribeiro chama de “lugar de fala”, apesar de sermos mulheres somos diversas, o que faz com que existam diferenças entre nós, ao relacionarmos mulher negra e branca, sabemos que essa diferença se torna mais significativa por conta dos processos históricos que as cerca, mulheres

brancas também são alvo de opressão, mas ainda sim são beneficiadas pelo fator raça, diante de disso, sua inclusão nos âmbitos sociais foram mais “fáceis” e aceitos pela sociedade.

O marco inicial e crucial para se quebrar com os fatores que levaram as mulheres negras ao esquecimento foi o feminismo, o movimento foi um grande divisor de águas no quesito direito das mulheres, a partir dele mulheres começaram a ter um real acesso à educação, o que fez com que elas garantissem maiores conhecimentos e representatividade em espaços públicos e privados, como as universidades por exemplos, diante de tais avanços, mulheres começaram a se tornar pensadoras de si mesmas, ocupando espaços que antes era destinado somente para o público masculino, o movimento teve uma grande importância, lutando contra as formas que as oprimiam/oprimem, na busca por direitos e equidade. Foi no século XX que surgiu às primeiras pautas e lutas do movimento, sendo as Sufragistas as primeiras ativistas reconhecidas pelo movimento, que reivindicavam o direito pelo voto e participação na vida política, ficando conhecido como a primeira onda. Na década de 60, 70 surge a segunda onda do movimento lutando por melhores condições de vida, liberdade sexual, melhorias trabalhistas e outros, já na década de 70 começaram a aparecer inquietações de feministas negras, partindo da ideia de que nem todas as mulheres sofriam as mesmas opressões, mulheres negras, sofriam e sofrem uma dupla opressão, um exemplo disso é a primeira onda do feminismo, surgindo uma outra inquietação: Que mulheres são essas? Brancas!

Enquanto sufragistas lutavam por seus direitos ao voto e vida política, mulheres negras lutavam por sobrevivência, para serem existentes socialmente já que além da questão racial e os processos históricos dessas mulheres negras, o esquecimento se consolida também a partir do momento que se universaliza a mulher, sem entender a grande diversidade apresentada e vivida pelas mesmas, as experiências vividas por mulheres brancas são diferentes das vivenciadas pelas negras, o espaço, o tempo e o meio também fazem parte dessas diferenças, entrando para discussão outros marcadores sociais. Mas foi somente na terceira onda (1990), que feministas negras – em atividades em grupos, rodas de conversa, palestras e formações - passaram a pensar sobre suas próprias reflexões e demandas criando articulações e sentimento de autonomia para lutar a partir de suas vivências, surgindo de fato o movimento feminista negro, partindo da ideia de feminismo ”Interseccional” (CRENSHAW, 1989), que busca entender as problemáticas a partir dos marcadores sociais.

A mulher negra toma consciência de si, assumindo sua negritude na busca pelo resgate da sua identidade que foi se perdendo ao passar dos tempos por precisar se adaptar ao que lhe era submetido socialmente. Hoje as lutas são extremamente árduas, mulheres negras têm

resistido de frente a uma lógica machista, racista e patriarcal, compreendemos que assim como o esquecimento foi um processo estrutural, a quebra desse sistema também será, e a tomada de consciência será o maior instrumento utilizado para tal processo.

A partir do empoderamento das mulheres negras as disputas de poder passaram a ser mais significativas em diferentes espaços sociais. Elas têm buscado se compreender, si pensar e se descrever, percebendo que durante séculos foram pensadas pelo outro (branco), fazendo uma menção ao que Grada Kilomba diz sobre a mulher negra ser “o outro do outro”, levando em consideração a falta de autonomia para se construir enquanto mulher negra pensante e ativa. Processo esse que tem se intensificado de fato no séc.XXI, apesar de que a luta vem sendo travada desde muito tempo, e descrita desde o séc.XIX, com tudo percebemos que tais processos de aceitação e autoafirmação tem se partido muito devido o acesso ao conhecimento que nos leva até a educação, pois são a partir dela que se podem descolonizar mentes, fazendo com que surjam questionamentos acerca de tais mazelas sociais, entrando para questão a problemática em quem tem esse acesso? Sabemos que a partir do sistema de cotas a pluralidade na academia foi crescendo, quebrando com a elitização do ensino superior, mas ainda sim encontramos dificuldades para o acesso e permanência de corpos negros na universidade.

Na contemporaneidade, percebe-se, portanto, que uma das principais atividades desenvolvidas no campo social pelas mulheres negras têm sido empoderar outras mulheres e de(s) colonizar mentes, a fim de que outras possam também mudar essa realidade de dupla opressão traçada pela mulher negra no decorrer dos tempos, diante disso é importante ressaltar que:

Empoderamento implica uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade na qual se encontra. É uma nova concepção de poder que produz resultados democráticos e coletivos (RIBEIRO, 2018 p.90).

Contudo podemos dizer que se pensar mulher negra e seu lugar têm sido necessário para compreender seu papel social, sendo trazido para debate no fim do séc. XX para o XXI, tendo mulheres como Ângela Davis, Bell Hooks, Kimberlé Crenshaw entre outras como “mães” desse pensar do final do séc. XX mulheres essas que incentivaram outras gerações de mulheres negras.

Esse projeto de pesquisa traz um diálogo entre os movimentos sociais e a academia, isso porque como já afirmamos no começo a história da mulher negra não pode ser dissociada

de uma história de resistências. Essas vozes que não foram ouvidas e que não foram registradas em lugares de prestígio na sociedade serão investigadas para que possamos talvez pelo volume de produção, tornar visível o invisibilizado ou mesmo tornar acessível àquilo que nunca foi narrado.

O presente trabalho tem como finalidade fazer um estudo comparativo de duas obras que trazem narrativas históricas sobre mulheres: *História das Mulheres no Brasil* (DEL PRIORE, 2009) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (PINSKY; PEDRO, 2013). Selecionamos capítulos específicos sobre educação. Tais obras trazem as trajetórias e processos traçados pelas mulheres no decorrer da história. A partir disso, buscaremos analisar as narrativas descritas (ou não) sobre a mulher negra na educação.

A partir do estudo comparativo das obras buscaremos entender por que essas mulheres foram e são invisibilizadas historicamente, tendo em vista que as obras tratam da história das mulheres do Brasil, por que ambas as obras escolhidas não contemplam as mulheres negras? E se quando citadas são expressas de maneira não real ou nas entrelinhas da obra? A partir dessas inquietações e de outras que surgiram no decorrer da pesquisa e das leituras preliminares buscamos resgatar os processos históricos e identitários dessas mulheres negras a partir de um pensamento decolonial, dialogando com autoras negras como Ângela Davis; Djamila Ribeiro; Chimamandada Ngozi Adichie entre outras para analisar essas condições estabelecidas nos imaginários literários sobre a mulher negra e sua invisibilidade nos espaços e tempos históricos.

Trazer esse tema para a discussão tem como objetivo desconstruir velhas lógicas colonialistas e empoderar cada vez mais mulheres. A mulher negra precisa se reconhecer enquanto negra, tomando consciência de si para lutar por uma igualdade e reconhecimento, ser visibilizadas e existentes, possibilitando o resgate da sua identidade durante os processos que passou e à de vim.

No meio acadêmico em geral, houve uma preocupação em pesquisar sobre a mulher, mas a mulher branca a partir de suas vivências. a pesquisa mostra sua importância podendo proporcionar um aprofundamento da questão analisada, e até mesmo servindo de incentivo para que mulheres negras reescreva suas histórias a partir de suas vivências, podendo assim se compreender enquanto mulher negra no meio social.

Diante de tais questões, apresentamos a seguinte questão:

Como é narrada em livros de intitulados como de “história da mulher brasileira” a presença da mulher negra na educação, considerando uma perspectiva interseccional (gênero, raça e classe)?

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 MULHER NEGRA E EDUCAÇÃO

A educação sempre foi um caminho para a libertação, segundo Perrot (2007) “A leitura abre as portas perigosas do imaginário”, mas a população negra e a mulher, entre outras minorias, tiveram grandes dificuldades para ter acesso à educação. Desde o período escravocrata séc. XV-XVIII, a educação era algo negado aos escravos e mesmo após a abolição em 1888 foram encontradas muitas dificuldades para se obter espaços nas instituições educacionais por conta do preconceito racial. Gomes (1997 *apud* LIMA, 2017) descreve, a partir de contribuições do ponto de vista do Movimento Negro, as dificuldades da inclusão do povo negro nas escolas brasileiras.

A primeira contribuição refere-se à denúncia de que a escola reproduz o racismo presente na sociedade. A segunda contribuição do povo negro para o pensamento educacional brasileiro, refere-se à ênfase no processo de resistência negra. A terceira contribuição refere-se à centralidade da cultura. [...] A quarta contribuição diz respeito à existência de diferentes identidades, discutindo o caráter homogeneizador da escola brasileira. (LIMA, 2017, p. 38 – 39)

As contribuições da autora revelam uma escola que, homogeneizando as identidades dos alunos, tem apagado as diferenças culturais tão caras à valorização do povo negro. Em relação à centralidade da cultura, Gomes (1997 *apud* LIMA, 2017, p.38) afirma que “Os negros trouxeram para a escola a reflexão de que além de sermos seres cognitivos, somos seres culturais”. Como afirma Ângela Davis em “*Mulheres, Raça e Classe*”.

De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação. (DAVIS, 1982, p.77)

Na luta pelo acesso à educação, conseguiram obtê-lo. Outros desafios, contudo, se apresentaram: o da permanência e o da qualidade. Não é suficiente o acesso do povo negro à escola, é necessário que haja também uma significativa transformação nessa escola: “Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções

históricas, veicular a falsa imagem do negro como amorfo e indolente, estará contribuindo para a reprodução do racismo” (GOMES, 1997 *apud* LIMA, 2017, p.38).

A luta pelo direito da população negra à educação, mesmo distante dos processos educacionais, começa bem antes do que imaginamos. Segundo Ângela Davis (1982, p. 118), em 1787, já havia movimentação da população negra de Massachusetts reivindicando por direito à educação. Isso ocorre quando ainda era escravos¹, o que demonstra a consciência do povo sobre a relevância da socialização do saber para transformação social. A vontade de aprender a escrever e ler já estavam presentes no imaginário das pessoas escravizadas desde o período colonial. Apesar de conquistas como a de uma ex-escrava que, no ano de 1793, tendo comprado “a própria liberdade abriu uma escola [para brancos e negros] na cidade de Nova York”, o acesso universal à educação ainda era não havia sido garantido. Esse impedimento ocorria, como já afirmamos anteriormente, devido à compreensão de que pessoas negras escravizadas eram seres inferiores e até mesmo não humanos. Assim, dar conhecimento aos considerados “não humanos” seria um risco para o colonialismo, havendo o perigo de libertação das mentes e corpos escravizados o que ocasionaria uma revolução dos dominados, levando em consideração que quando um indivíduo toma consciência de si o mesmo passa a tomar parte da sua humanidade e direitos. O que nos faz pensar numa contradição acerca do pensamento do colonizador: *Se ele dizia que o dominado era inferior, porque teria medo de educá-lo?* Manter o dominado nessa condição era uma maneira de se manter o poder e hierarquia dos dominantes.

No Brasil, o período colonial chega ao fim com a abolição em 1888, havendo a esperança de quebrar as distâncias sociais e culturais criadas. Infelizmente, grandes dificuldades de inserção na educação são encontradas também por conta do fator raça. O corpo negro era subjugado constantemente pela sociedade racista. Quando voltamos nosso olhar para o corpo feminino sabemos que a dificuldade encontrada por elas foi maior, considerando o marcador gênero como um dos fatores para travar as distâncias sociais, marcador esse que foi durante séculos o principal motivo para o não acesso a direitos básicos das mulheres.

O primeiro acesso a processos educativos ocorreu por meio de diferentes letramentos sociais, prática desenvolvida do final do século XVIII a início do séc. XIX. Esses saberes foram às vezes compartilhados em pequenos grupos, às vezes pela persistência do escravizado em realizar determinada ação. Em outras palavras, os processos de letramentos foram

¹ Nos EUA, a abolição ocorreu em 1 de janeiro de 1863.

vivenciados para que conseguisse se socializar em práticas sociais voltadas principalmente para o desenvolvimento profissional e social. Segundo Soares (2016):

Por muito tempo, a historiografia da educação se limitava a informar que escravizados não podiam frequentar escola e dava ênfase à educação popular na Primeira República. No entanto, as mudanças historiográficas sobre a escravidão permitiram que se vislumbrasse a participação de escravizados no mundo letrado, seja em **suas atividades de trabalho, práticas religiosas e em ações de resistências [grifo nosso]**. Entretanto, isso não significou estudar os processos de educação de africanos e afrodescendentes (SOARES, 2016, p.308).

As práticas de alfabetização dos povos negros foram desenvolvidas por associações beneficentes ou os chamados centros recreativos, com o intuito de fornecer a inclusão social da população negra na sociedade, já que o estado nada fez para que essa integração ocorresse de fato, deixando a comunidade negra por própria conta, ou apenas contando apenas com a ajuda dos movimentos e associações que se sensibilizaram com as causas raciais do período pós-abolição. Aqueles que conseguiam ter acesso ao ambiente escolar lidavam com a exclusão diária, já que a grande maioria era formada por pessoas brancas e homens de classe. A questão de classe era um fator que também fazia com que a permanência no ambiente escolar se tornasse ainda mais desfavorável. Nesse contexto, as mulheres eram obrigadas a começar a trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar, não sendo os estudos uma prioridade na vida da menina negra, até mesmo o casamento era uma prioridade mais constante nessas narrativas de vida.

Pensar o acesso e a trajetória de mulheres negras na educação é um exercício de difícil execução já que a mesma precisou lidar com os marcadores de raça, gênero e classe, marcadores que dificultaram extremamente a sua inclusão nesses espaços, quando não lhe era negado o conhecimento por ser mulher. O fator raça entrava como forma de exclusão dos espaços escolares sofrendo com preconceitos por parte dos estudantes ou até mesmo dos professores, e quando “superada” essas problemáticas as estudantes não conseguiam conciliar a rotina de estudos com trabalho. Esses fatores fizeram com que a disparidade de gênero e raça se mantivesse nas esferas sociais.

Em 1827, com a criação da Lei Geral do Ensino², foi permitido o acesso a todos o que antes se limitava somente para homens, mas vale lembrar que esse acesso a “todos” só se incluía às mulheres brancas já que ainda se estava no período escravocrata, havendo ainda um recorte de gênero nos currículos escolares, demarcando o tipo de ensino destinado a homens e

mulheres. Contudo foi somente no século XX, que mulheres negras tiveram de fato acesso à educação básica e os seus demais processos de educação, esse acesso foi possível principalmente pelas lutas do movimento negro.

Esse desvio retórico para tratar de movimentos sociais faz-se necessário dado a relevância de sua interferência para a educação das pessoas negras. Para as associações pós-escravidão, a educação era “uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de combater o preconceito” (PINTO, 1993, p. 238 *apud* DOMINGUES, 2016, p. 518). Uma das organizações mais significativas foi a Frente Negra Brasileira (FNB).

A Frente Negra Brasileira foi criada em 1931-1937, sendo o movimento que mais contribuiu para essa conquista na trajetória da mulher negra e do povo negro em geral para seu ingresso em espaços educacionais de ensino no Brasil, mas que foi extinto no ano de 1937 pelo governo de Getúlio Vargas, já que a frente tinha se tornado um partido político, a FNB foi a primeira a fundar uma escola (cf. LIMA, 2017). Domingues (2016) também afirma que “A partir de 1934, a FNB passou a oferecer, além do curso de alfabetização, o curso primário, que inicialmente funcionava no período vespertino, mas que, em um segundo momento, passou a funcionar no período matutino”, além disso, o periódico A VOZ DA RAÇA, periódico responsável por diversas denúncias sobre as violências vivenciadas pela população negra. Mesmo com o seu fim em 1937, a FNB é respeitada pelo seu pontapé inicial para as lutas que seriam travadas nas décadas seguintes, sendo o responsável também pela criação de outros movimentos e associações segundo Domingues:

As conquistas empreendidas pela FNB no terreno educacional possibilitaram a inserção condigna de alguns negros na sociedade e, ao mesmo tempo, contribuíram para o acúmulo de forças do movimento social que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país. A despeito de todas as dificuldades enfrentadas pela escola fretenegrina, sua experiência histórica constitui um capítulo de resistência da população negra ante sua exclusão (ou inclusão marginal) no sistema de ensino das primeiras décadas do período republicano. (DOMINGUES, 2016, p.359)

No século XX, a FNB abriu as portas para o mundo da educação.

No final do século XX para o início do XXI, a mulher negra já se fazia presente nos espaços escolares, conquista que foi fruto dos movimentos sociais, apesar da permanência ainda ser uma problemática constante até mesmo nos dias de hoje, apesar de já se fazer presente nesses espaços, o conhecimento produzido pela mulher negra não era validado gerando sua exclusão dos espaços de poder, como a academia, por exemplo, mulheres brancas

tinham/têm suas narrativas mais aceitas nos espaços de poder como o aqui descrito, pelo fato de terem tido o acesso a educação mais rápido, pelo fator raça e classe, quando mulheres brancas tiveram acesso a educação, a mesmas foram destinadas aos espaços educacionais de maior prestígio social, questão essa que aumenta a disparidade entre mulheres brancas e negras, as negras quando tiveram esse acesso além de tardio foi o público no disponibilizou um ensino sucateado, portanto mulheres brancas além de ser a maioria nos espaços de educação ocupam também o lugar de poder, fazendo com que surja uma outra problemática apresentada no decorrer da pesquisa, o de objeto(negra) e sujeito(branca) da pesquisa, mulheres brancas começaram a estudar e falar sobre os corpos femininos negros fazendo essa relação do objeto e sujeito, já que a mulher negra por muito tempo não teve esse acesso e oportunidade de estudar (entender) e falar sobre suas narrativas históricas fato este descrito por Bell Hooks em seu livro “*Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*”:

Gerda lerner, uma mulher branca nascida na Austrália, editou “Black women in white America: a documentary history” (as mulheres negras na América branca: uma história documentário) e recebeu a generosa bolsa de apoio de uma bolsa de estudo. Enquanto penso que essa coleção é um importante trabalho, é significativo que na nossa sociedade foram dadas bolsas as mulheres brancas para realizarem pesquisas sobre mulheres negras mas não consigo encontrar nenhuma instância onde as mulheres negras receberam fundos para pesquisarem sobre a história das mulheres brancas (HOOKS, 1981, p.10) .

Para se romper com esse outro ciclo de silenciamento do corpo negro feminino, o feminismo negro junto do movimento negro unificado foi fundamental para a quebra do esquecimento, ajudando também para se obter resultados em frente aos outros direitos negados às mulheres negras. No que diz questão a educação podemos destacar a conquista da luta conjunta dos movimentos aqui citados, os de ações afirmativas nas Instituições de ensino superior-IES (cotas) [Lei nº12.711/2012](#) com o objetivo de diminuir as distâncias raciais dentro das universidades, dando oportunidades para mulheres negras reescrevem suas histórias além de ser uma reparação histórica dos processos históricos que cercam as mulheres e homens negros (a) assim como afirma Djamilia Ribeiro em “Quem tem medo do feminismo negro?”:

Em contrapartida, para a população negra não se criou mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por

conta dessa herança escravocrata. É necessário conhecer a história deste país para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas devem existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta com a população negra. (RIBEIRO, 2018, p.49)

Portanto concluímos que a trajetória das mulheres negras na educação é algo extremamente recente, principalmente no que se diz respeito ao ensino superior, havendo a partir de agora a possibilidade de se construir novos rumos e narrativas, quebrando com a lógica colonial, machista, racista e patriarcal ainda produzida nos espaços sociais. Oportunidade, representatividade e resistência têm sido as palavras que descrevem o momento atual nos processos educacionais que cerca a educação de mulheres negras. *Oportunidade* porque a questão de classe muita das vezes não permite que mulheres negras entrem na universidade; *representatividade* porque esses espaços foram negados durante séculos às mulheres negras, ocultando sua existência; e *resistência* porque apesar do acesso, ainda sim encontramos diversas mazelas sociais se consolidando dentro das universidades, como o racismo por exemplo. Então, acredita-se necessária a busca pela quebra de tais sistemas estruturantes, visando a igualdade entre homens e mulheres negras e brancas, sem haver abismos entre as mesmas no decorrer das esferas sociais. Só assim o ensino poderá ser definido como universal.

A história da educação do povo negro no Brasil está mais próxima da história dos movimentos sociais do que da própria história da educação. Isso não quer dizer que não exista uma narrativa: a da privação do acesso e a das resistências com criatividade. Essa narrativa também precisa estar presente em livros que tratem da história das mulheres do Brasil.

4.2 MULHER NEGRA E HISTÓRIA

A trajetória das mulheres negras no Brasil tem início na metade do séc. XVI (1550) com a colonização. O Brasil havia sido invadido em (1500) por Portugal, tornando-se colônia com o intuito de desenvolver lucros ao seu colonizador.

Trazidas como escravas pelos navios negreiros vindo do continente Africano por meio do Atlântico eram submetidas a inúmeras violências das psicológicas a físicas. Dentro dos navios negreiros se iniciava a jornada de tortura submetida por conta da escravidão, durante o trajeto muitas morriam por fome (desnutrição), saúde (falta de higiene), violência física

(abusos sexuais e físicos) acarretando a perda de muitas vidas, as que conseguiam sobreviver chegavam extremamente debilitadas em terra firme.

Ao desembarcarem eram destinadas ao trabalho escravo nas roças, lavouras, cafezal e doméstico, o trabalho masculino era mais valorizado por conta da sua maior produção tornando a mulher negra menos valiosa, mas por outro lado a mesma se tornava mais “cara” no comércio de escravos já que além de ser mão de obra era produtora dela também, ao engravidar daria à luz a mais um escravo gerando mais lucro aos seus senhores.

Era dura a jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, na maioria dos casos sendo dupla, pois quando casada havia que desempenhar seu papel como esposa também, durante o dia sofria sobre o regime escravo á noite era submetida ao doméstico e até mesmo o de cultivo de subsistência aos que viviam sob o sistema de compadrio, mesmo diante disso ainda eram tidas como seres inferiores ao homem.

Inúmeros foram os processos de desumanização pelo qual a mulher negra passou, desde sua partida do continente Africano até torturas passadas durante esse trajeto, seu gênero não implicou na sua forma de tratamento, seus corpos foram transformados em apenas corpos, coisificando/objetificando suas existências, a maior luta era pela sobrevivência diante do que lhes era oferecido, a quem suportava o martírio diário só restava resistir segundo o que ODILA nos descreve:

Seguir vivendo em ambiente tão hostil exigiu força, inteligência, capacidade de adaptação e, sempre que possível rebeldia. É como se, a todo o momento, fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores. (ODILA, 2013, p. 360)

Intenso foram os séculos de escravidão. Após 400 anos a tão sonhada liberdade chegou com a abolição em (1888), quebrando com a legitimidade do período escravocrata.

Após a libertação (1888), muitos foram os obstáculos achados pela mulher negra, que se encontrava em uma situação de extrema desvantagem em relação a mulher branca, que apesar de ser reprimida por ser mulher, já tinha tido acesso a recursos que foram negados por séculos as escravas. A população negra em geral passava por um processo de integração social, tendo em vista que estamos falando de um período pós-abolição, podemos imaginar que tal integração não foi fácil por conta do contexto e imagem que se tinha do povo negro em geral, assim como afirma Florestan Fernandes em seu livro “*A integração do negro na sociedade de classes*”:

Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual-livre que se praticava nas sociedades de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no “meio negro” ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o “homem de cor” no aproveitamento das oportunidades em questão. (FERNANDES, 2008, p.301)

Diante dessa exclusão social, encontramos três vertentes: classe, raça e gênero, com o processo de abolição houve um desenvolvimento rápido e desigual, por conta desse rápido crescimento, muitos foram os sistemas que permaneceram, como políticos, econômicos, culturais e outros, administrados por pensamentos do antigo regime (homem branco), sem dar espaço para o novo, onde pessoas mantiveram seu espaço de poder. Com isto o homem/mulher negro (a) fica mais uma vez em desvantagem já que por conta do período escravocrata o povo negro teve seus processos educativos negados, processos esses que facilitam a integração do homem em espaços sociais de poder causando atrasos e conquistas nas esferas sociais. Diante desses fatos podemos ver que não houve de fato uma integração do negro (a) na sociedade e em suas esferas, por trás dessa exclusão se encontra a discriminação e preconceito por conta da cor e de gênero quando voltamos nosso olhar para a mulher negra em específico. Muitos foram os estereótipos atribuídos às mulheres negras, herança do colonialismo, dificultando a sua aceitação no meio social.

Muitas foram às formas de exclusão da mulher negra na sociedade, pois o racismo tomou espaço, apresentando diversos obstáculos para as sua inclusão. O mercado de trabalho foi extremamente cruel, disponibilizando poucas alternativas para as mulheres negras ou até mesmo não lhe dando oportunidades de trabalho, sendo assim a mulher negra se volta para espaços marginalizados e empregos subalternos, umas das formas mais explícitas de racismo na área de trabalho era a exigência da “boa aparência”, que no mais íntimo da expressão significava ser branca. Quando partimos para a educação, sabemos que esse processo de exclusão foi muito mais intenso, contando com o fato de que em uma sociedade pós-liberta o indivíduo social se caracteriza a partir do seu status econômico e racial, características essa que não fazia parte da realidade social da mulher negra.

Por conta dos preconceitos raciais vividos pelas mulheres negras, começaram a surgir mobilizações no início do século XX, sendo formadas organizações com o intuito de abordar pautas da comunidade negra e lutar contra toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e desigualdade, no ano de 1931 surge em São Paulo, a Frente Negra Brasileira

(FNB) que cinco anos depois de tornou um partido político, suas principais funções se davam por atividades recreativas e assistência social, infelizmente as mulheres negras nunca chegaram a ocupar o espaço máximo de decisão dentro da organização, mais conseguiram ganhar destaques dentro das organizações por meio de suas discussões, em 1950 ganham destaque novamente com a criação do Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, com o objetivo de incluir a mulher negra nas esferas culturais, em 1970 surge o Movimento Negro Unificado (MNU) contra a discriminação racial e o mito da democracia racial pregado no país, realizando grandes manifestações e ganhando visibilidade.

Os movimentos sociais negros tiveram um importante papel na inclusão do negro na sociedade, o que se foi conquistado até os dias de hoje se deve aos movimentos que se articularam e lutaram contra essas formas de opressão disseminadas em uma sociedade machista, racista e patriarcal, para a mulher negra foi principalmente o feminismo negro que a fez se integrar enquanto mulher e negra nesses espaços destinados antes a homens brancos e posteriormente a mulheres brancas, a partir dele a mulher negra teve acesso a direitos antes lhe negado e se projetou em espaços sociais diversos, quebrando com a hegemonia branca dos espaços sociais, contudo apesar das transformações sociais ocorridas na sociedade Brasileira e da presença da mulher negra em diferentes espaços sociais, ainda há significativa desigualdade social entre homens e mulheres e ainda mais, entre brancos e negros, o que faz com que inúmeras lutas sejam traçadas diariamente já que segundo Fanon (2008) “A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico...”.

Essa seção é uma parte relevante de nossa pesquisa e devemos nos aprofundar numa narrativa mais específica da história das mulheres, sem fugir da história de seu povo, sua cultura, suas crenças e valores.

4 METODOLOGIA

5.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O estudo de comparação da história utiliza a Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, como método e teoria (FAIRCLOUGH, 1999; 2005).

ETAPAS DO ENQUADRE METODOLÓGICO PARA ADC		
1) Percepção de um problema relacionado à assimetria de poder		
2) Obstáculos a serem superados	(a) análise da conjuntura	(i) práticas relevantes (ii) relações do discurso com outros elementos da prática
	(b) análise da prática particular	
	(c) análise de discurso	(i) significado acional (ii) significado representacional (iii) significado identificacional
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis modos de superar os obstáculos		
5) Reflexões sobre a análise		

O problema selecionado, segundo Resende (2017), não pode ser tratado como um problema acadêmico. Ela sugere que o pesquisador (a) selecione um problema que seja antes um problema social. *Assim, trazemos como problema para essa pesquisa a ausência do povo negro na história do Brasil, mais significativamente a ausência da história das mulheres negras na história do Brasil.* Já neste projeto de pesquisa, abordamos tanto na justificativa quanto na fundamentação teórica problematizações sobre a questão que motiva esta pesquisa, que consiste na ausência da mulher negra nas narrativas históricas, bem como sua pouca representatividades em espaços sociais.

Sobre os obstáculos existentes, Resende (2017) propõe que o pesquisador identifique de que formas as questões levantadas podem ser superadas.

Em seguida, focalizam-se os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos. Com base na crítica explanatória do realismo crítico, aqui interessam as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados. O argumento é que a linguística pode atuar criticamente na melhor compreensão de questões sociais problemáticas: engajada nos conflitos sociais da atualidade, pode ser socialmente pertinente, não só no desvelamento de relações de dominação, mas também na discussão de alternativas viáveis para superação dessas relações problemáticas (RAJAGOPALAN, 2003 apud RESENDE, 2017, p. 38).

Entendemos que a segunda fase do enquadre é uma parte relevante da pesquisa, porque perpassa todo o processo de sua produção, impossibilitando a separação entre segmento teórico do texto e segmento analítico. A própria escrita teórica já dialoga com a construção de uma conjuntura histórica, cultural e social do tema.

Reconhecido o problema e seus respectivos obstáculos na sociedade e na linguagem, o reconhecimento do problema na prática, no caso desta pesquisa que trata da omissão da mulher negra na história do Brasil em textos selecionados cujo título da obra se diz “História da mulher no Brasil”, implica numa relação de poder que se faz necessária de tal modo a se manter ainda existente apesar dos enfrentamentos travados. Se na história não há a presença das mulheres e das mulheres negras, uma obra desta natureza vem como voz de resistência para recontar o que foi durante anos silenciados: a história das mulheres brasileiras. Há, contudo, ainda outra disputa de poder que se faz presente: as mulheres negras não são representadas. Por quê? A quem interessa esse apagamento histórico do povo negro? Seria um simples hábito? Ou um discurso consolidador da hegemonia do povo branco?

São essas as questões subimplicadas que nos instigam a manter a investigação sobre o tema.

Após esses processos de percepção, análise e compreensão do problema, partimos para os possíveis modos de superar a problemática, que consiste primeiro na inclusão da história das mulheres negras em livros que trazem essa abordagem teórica, superando esse recorte racial, possibilitando assim a aparição dessas histórias para a sociedade em geral, facilitando até mesmo o acesso a informação que é relevante para se compreender as questões sociais.

Assim a pesquisa está organizada da seguinte forma: Depois de fazer o levantamento de livros e artigos sobre a história das mulheres no Brasil, iniciamos um levantamento sobre a história da educação do povo negro no Brasil (em andamento) e ainda sobre documentos específicos sobre a educação das mulheres negras no Brasil (em andamento).

Em seguida, serão tematizados os artigos selecionados, considerando também *tempo histórico* de suas narrativas, conforme levantamento prévio já estabelecido dos subtemas dos artigos sobre educação:

Quadro 2 - Subtemas em artigos sobre educação das mulheres em livros de História das mulheres no Brasil

TEMAS ASSOCIADOS À EDUCAÇÃO	LIVRO: Nova história das mulheres no Brasil (Carla B. Pinsky e Joana M. Pedro)	LIVRO: História das mulheres no Brasil (Mary Del Priore)
ACESSO	Séc. XIX (1827) - A partir da Lei Geral do ensino. Séc. XX (1971) - Acesso geral/Irrestrito (Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB) Séc. XIX (1879) - Ensino superior (Lei Leôncio de Carvalho); Séc. XX (1990) - Políticas Sociais (Estatuto da criança e do Adolescente)	Séc.XIX (1827) - Escolas de primeiras letras Séc.XIX- Escolas normais
ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições de exclusividade feminina (Particular) - Prédios separados ou alternados - Saída separada - Classes mistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições de exclusividade feminina (Particular) - Classes separadas - Turnos alternados
CURRÍCULO	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de letramento - Gramática nacional - Religião - Economia doméstica 	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de Letramento - Quatro operações (Grupos sociais privilegiados) - Religião - Bordado e costura - Economia doméstica - Piano - Francês - Culinária
PERMANÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho - Gravidez Precoce 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho - Matrimônio - Gravidez

Após o levantamento das narrativas, serão realizadas associações de dados entre as informações reveladas nos textos dos livros e as informações coletadas nos artigos e documentos que tratam da história da educação do povo negro e da história da educação das mulheres negras, possibilitando material de fundamentação teórica para reescrita desses fragmentos em um trabalho posterior, como um livro específico sobre a história da educação das mulheres negras.

5.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Será analisada a narrativa da história das mulheres no Brasil, com ênfase na observação da presença de narrativas da história da educação da mulher negra.

a. Nova História das mulheres no Brasil / organizadoras Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro.-1.ed., 1º reimpressão.- São Paulo : Contexto, 2013.

- *Trabalho, Escola e Lazer*, Silvia Fávero Arend.
- *Mulheres educadas e a educação de mulheres*, Fúlvia Rosemberg.

b. História das mulheres no Brasil / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos) 10. ed., 2º reimpressão.- São Paulo : Contexto, 2013.

- *Mulheres na sala de aula*, Guacira Lopes Louro.

6 CRONOGRAMA

	Maio 2019	Junho 2019	Julho 2019	Agosto 2019
Organização dos temas pautados nos artigos selecionados	x			
Estudo sobre história da educação	x			
Estudo sobre história das mulheres negras no Brasil		x		
Pesquisas relacionadas ao conteúdo temático dos livros selecionados (livros e artigos)		x		
Escrita do artigo		x	x	
Revisão e preparação para defesa				x

REFERENCIAL TEÓRICO

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todas feministas**/Chimamanda Ngozi Adichie; tradução: Chris Tina Baum. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Título original: We Should All Be Feminists. ISBN 978-85-359-2547-0 1. Feminilidade 2. Feminismo i. Título.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh University Press: 2007 [1999].

Del Priore, Mary. *Histórias do cotidiano / Mary Del Priore*. - São Paulo: Contexto, 2001. ISBN85-7244-189-1.1. História social 2. Usos e costumes I. Título.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em1982. Tradução livre. Plataforma Gueto_2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação, núm. 29, maio-ago., 2005, pp.164-176. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1992] 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas/ Frantz Fanon**; tradução de Renato da Silveira,- Salvador: EDUFBA, 2008. P.194. ISBN 978-85-232-0483-9. Tradução: Peau Noire, masques blancs. 1. Raça negra – Condições sociais. 2. Raça negra- Psicologia. 3. Negros – Identidade racial. I. Silveira, Renato. II. Título.

FERNANDES, Florestan. 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**, volume I / Florestan Fernandes : prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. - 5. Ed. - São Paulo : Globo, 2008. (obras reunidas de Florestan Fernandes)

SOARES, Willian Robson Lucindo. **A Vontade também consola: A formação da esfera pública letrada de afrodescendentes e o debate sobre a educação**. In FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.)**. – Niterói: EDUFF, 2016.442p.Inclui bibliografia. ISBN: 978-85- 62007-5691. Negros. 2. História da Educação. 3. Brasil. 4. Historiografia Educacional Brasileira. 5. Escravidão. 6. Pós-Abolição. I. Título.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo** por bell hooks. 1º edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro (a) no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo/ Ivan Costa Lima**. - 1.ed. - Curitiba: Appris, 2017. 159 p. ; 21 cm (Educação e direitos humanos: Diversidade de Gênero, Sexual, Étnico-Racial e inclusão Social).

MONTEIRO, Marília Pessoa. **A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX** .Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24572>.> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História/ Michelle Perrot**; Tradução: Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p. 23 cm. – (Coleção História)

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres / Michelle Perrot**; [tradução Angela M. S. Côrrea]. - São Paulo : Contexto, 2007. Título original: Mon historie des femmes. Bibliografia. ISBN 85-7244-348-7. ISBN 978-85-7244-348-7. 1. Mulheres - Condições sociais 2. Mulheres - História I. Título.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?/ Djamila Ribeiro**. - 1º ed. - São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

